

Uma renegociação ampla nos projetos do governo

Da sucursal de
BRASILIA

O Brasil não vai declarar a moratória unilateral, porque isso ficou acertado com os bancos internacionais e o Fundo Monetário Internacional. O que o governo pretende fazer é partir para uma negociação mais ampla da dívida externa, tão logo sejam concluídas as negociações com o Fundo. Nesse ínterim, o Brasil tentará com o diretor-gerente do FMI, Jacques de Larosière, que ele dê o sinal verde para que os bancos antecipem a liberação da segunda parcela de US\$ 640 milhões do empréstimo-jumbo de US\$ 4,4 bilhões.

A afirmação foi feita ontem, por um graduado assessor do Ministério da Fazenda, a propósito de rumores insistentes no mercado financeiro, segundo os quais o Brasil estaria, agora, dando prioridade à recomposição de suas reservas internacionais, com a meta de elevá-las a US\$ 3 bilhões até setembro, preparando-se para declarar a moratória unilateral. Haveria, segundo essas informações, até prazo para o Brasil declarar a moratória: antes de 7 de setembro, dia da Independência. Conforme a fonte do Ministério da Fazenda, isso não tem sentido, inclusive porque o Brasil continua sem meios de recompor suas reservas internacionais. Além disso, o governo já tem um plano bem definido para negociar sua dívida externa: depois do acordo com o FMI, recorre ao Clube de Paris e novamente aos banqueiros internacionais, a fim de pedir um prazo de carência para que o Brasil "se alivie um pouco".

INSOLVÊNCIA

Para o professor Dercio Garcia Munhoz, da Universidade de Brasília, porém, a insolvência do Brasil até setembro parece inevitável, inclusive porque no próximo mês o País terá acumulado US\$ 4 bilhões de débitos comerciais em atraso. O professor Munhoz, ao contrário do assessor da Fazenda, considera tecnicamente viável o Brasil acumular reservas internacionais na atual conjuntura. Se o País suspender todos os seus pagamentos internacionais por um mês, sem fazer nenhum anúncio disso, recompõe as reservas internacionais ao nível de US\$ 2 bilhões, que é o fluxo da receita global das exportações de bens e serviços, segundo o professor da UnB.

Para viabilizar esse esquema, alerta Munhoz, há muitos problemas, inclusive por causa das compras de petróleo. Ele frisa que a insolvência do Brasil não ocorreu no primeiro semestre, entre outras razões, porque a Petrobrás conseguiu US\$ 1 bilhão de crédito para comprar petróleo com prazo de 180 dias — o que já não mais ocorre neste segundo semestre — e também por causa da operação de *lease-back* de US\$ 500 milhões para Tubarão, acertada com os bancos japoneses.

Os débitos comerciais em atraso, segundo cálculos do professor da UnB, já somam US\$ 2,5 bilhões e até setembro haverá um crescimento de mais US\$ 1,5 bilhão. Diante desse quadro, Munhoz afirma não ter sentido o Brasil continuar as negociações com o FMI e os bancos internacionais, nas atuais circunstâncias, inclusive porque o dinheiro que eles liberarão não salvará o País da insolvência.

Ele recomenda, por isso, que o Brasil abandone, a atual política de negociação da dívida externa, peça renovação automática do pagamento do principal e dos juros e depois discuta a taxa de juros e abertura de novos mercados para pagar dívida, garantindo, concomitantemente, a liberação de empréstimos automáticos.

PDS

A declaração de moratória da dívida externa deverá ser o principal tema em discussão na reunião do dia 31 do diretório nacional do PDS, requerida pelo senador "biônico" Murilo Badaró (PDS-MG). O presidente do PDS, senador José Sarney, admitiu, ontem, que a executiva nacional terá de reunir-se a fim de convocar a reunião do diretório pedida por Badaró e pelo deputado Vítor Faccioni (PDS-RS).